

## CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS (HISTÓRICO E INTRODUÇÃO)

A elaboração do PBA-CI (Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena) constitui-se em uma etapa do processo de licenciamento ambiental, necessária para a obtenção da Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Por sua vez, a sua plena execução foi uma das condicionantes necessárias à obtenção da Licença de Operação (LO) e é parte integrante da manutenção da referida licença.

Como pré-requisito para obtenção da LI, o PBA-CI foi elaborado, fundamentando-se nos Estudos Etnológicos do EIA/RIMA (Volume 35, Tomos 1 a 7), observando-se as condições específicas da Licença Prévia (LP) nº. 342/2010, de 01 de fevereiro de 2010, do IBAMA (Processo 02001.001848/2006-75) e do Parecer Técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental (Processo 08620 2339/2000-DV).

O PBA-CI, cuja primeira versão foi protocolada na FUNAI – Fundação Nacional do Índio em abril de 2011, contemplou todos os programas indígenas indicados no referido estudo e subsidiou a emissão da Licença de Instalação 795/2011, com a anuência da FUNAI por meio do Ofício nº 126/2011 dessa Instituição. O Ofício nº 126/2011/FUNAI, em sua ação nº 6, estabeleceu “Apresentar Plano Operativo com cronograma de execução das atividades do PBA, após manifestação da FUNAI”. O Plano Operativo do PBA-CI (PO do PBA-CI) faz parte, portanto, do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e da definição da relação entre empreendedor e as comunidades indígenas das áreas de influência do empreendimento.

O PO do PBA-CI é um documento que reflete as ações a serem implementadas e os produtos a serem entregues, por cada um dos Planos, Programas e Projetos componentes do PBA-CI, em determinado horizonte de tempo (cronograma), os meios para sua implantação, bem como a atuação dos diferentes atores envolvidos. Ou seja, trata-se da materialização do planejamento de curto e médio prazo do conteúdo do PBA-CI, na versão aprovada pela FUNAI em 02/07/2012, o qual visa apresentar as soluções técnicas e ações para mitigar e/ou compensar impactos ambientais das obras de instalação e respectiva operação do Empreendimento UHE Belo Monte.

O PO PBA-CI foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2012 e aprovado pela FUNAI em 01/04/2013 por meio do Ofício nº 184/2013/DPDS-FUNAI. A partir desta aprovação, a NORTE ENERGIA deu início ao processo de contratação de empresas responsáveis pela execução do Plano de Gestão e dos demais Programas e Projetos constantes no PO do PBA-CI. Cabe destacar que o Programa de Realocação e Reassentamento encontra-se em atividade, desde 2011, e os Programas de Atividades Produtivas e de Infraestrutura nas aldeias já haviam iniciado suas atividades quando da contratação das demais empresas.

Desta forma, em agosto de 2013 deu-se início à execução integrada de todos os Planos e Programas e Projetos do PO do PBA-CI, através da realização do Seminário de Planejamento Estratégico do PBA-CI, entre os dias 14 e 16 de agosto, na cidade de Altamira/PA. O objetivo do Seminário foi integrar as ações das diferentes instituições participantes, buscando identificar sinergias, ações complementares, concorrentes e/ou interdependentes. O relatório e os produtos do Seminário foram encaminhados à FUNAI no dia 01/11/2013, através da CE 102/2013 DS/SAI/NESA.

O início das atividades seguiu, portanto, um histórico de 05 anos desde o início dos estudos de análise da viabilidade do empreendimento (UHE Belo Monte) até o momento atual, quando já se encontram implementadas muitas das atividades decorrentes de Programas e Projetos elencados como essenciais para a compensação e/ou mitigação dos impactos oriundos pela instalação da UHE Belo Monte.

Em suma, o PO do PBA-CI é composto pelo Plano de Gestão (nº 4) e por outros dez Programas: (i) 5. Fortalecimento Institucional, (ii) 6. Comunicação para Não Indígenas, (iii) 7. Atividades Produtivas, (iv) 8. Gestão Territorial Indígena, (v) 9. Educação Escolar Indígena, (vi) 10. Saúde Integrada Indígena, (vii) 11. Patrimônio Cultural Material e Imaterial, (viii) 12. Infraestrutura nas aldeias, (ix) 13. Realocação e Reassentamento e, por fim, (x) 14. Supervisão Ambiental.

Este 8º Relatório Consolidado Semestral apresenta, portanto, o detalhamento das atividades executadas no âmbito do PO do PBA-CI, no período de julho a dezembro de 2016, para cada um dos planos e programas acima citados.

A Licença de Operação nº 1317/2015 foi emitida em 24 de novembro de 2015, onde, através da condicionante 2.32, item c), prevê que a Norte Energia dê continuidade à implantação dos planos e programas integrantes do componente indígena do PBA-CI, observando as recomendações da FUNAI para complementação e adequação das medidas, bem como os prazos e as orientações estabelecidos por aquela fundação. Dentre os principais documentos que subsidiaram a emissão da L.O. e que norteiam a execução dos compromissos referentes ao processo de licenciamento para o componente indígena, nesta atual fase do empreendimento, destaca-se: Ofício 410/2015/PRES/FUNAI-MJ (encaminha a IT 223/2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ), Termos de Cooperação DC-S-0316/2015 e DC-S-0317/2015, e o Ofício 587/2015/PRES/FUNAI-MJ.

O Termo de Compromisso DC-S-0316/2015 refere-se ao cumprimento das ações destinadas à proteção territorial das terras indígenas do médio Xingu pelo prazo de 24 meses, ou, até a conclusão das obrigações previstas neste termo em substituição ao Plano de Proteção Territorial da UHE Belo Monte anteriormente estabelecido no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. Já o Termo de Compromisso DC-S-0317/2015 tem por objeto estabelecer o cumprimento das obrigações previstas no componente indígena do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e de outros compromissos previstos neste termo de cooperação. Cabe destacar que ambos os termos estão em plena execução, considerando todos os

requisitos neles estabelecidos. O **Resumo do Status de Atendimento às Condições do Componente Indígena** está contido no **Anexo 01**.

Com isso, foram estabelecidas as condições necessárias para a continuidade da execução das ações compromissadas para os povos indígenas do médio Xingu no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, sendo possível identificar avanços significativos no período que compreende este relatório, cujos principais destaques são descritos a seguir.

Em relação a **Plano de Gestão**, visando orquestrar e integrar as atividades constantes de todos os planos, programas e projetos do Componente Indígena, tornar mais ágeis os processos envolvidos na execução da gestão e obter uma visão sistêmica e integrada, estruturou um Plano de Gerenciamento, que estabeleceu diretrizes e ferramentas de gestão que vêm sendo implantadas e continuamente aprimoradas. Dentre elas destacam-se: (i) a adoção de grupos de trabalho de integração (GTI) para otimização dos recursos disponíveis e da agenda de compromissos das comunidades indígenas envolvidas; (ii) estruturação da base de dados cartográfica, a definição e a validação das variáveis presentes nas Planilhas Modelo e a integração do SIGi com aquele implantado pelo SIG-A do PBA Geral; (iii) realização de reuniões internas de gerenciamento e monitoramento do atendimento do escopo e cronograma (Reuniões de Gerenciamento de Projetos - RGP), e de reuniões de cunho externo, cuja logística é organizada e operacionalizada pelo Plano de Gestão, como é o caso das reuniões do CGI e dos Subcomitês; (iv) manutenção das instalações da sede do CGI, em Altamira, que garante o pleno desenvolvimento das atividades desempenhadas pelo Secretário e evidencia o apoio e o fortalecimento do referido Comitê; (v) elaboração de ferramentas de gestão para controle de demandas internas e externas (proveniente de órgãos licenciadores, intervenientes, associações e das comunidades) e prazos (Sistema de Alerta do PBA-CI); (vi) itemização dos Relatórios Gerenciais Mensais da Executoras para acompanhamento e gestão das ações executadas por Projeto/Programa, bem como emissão de pareceres à equipe de gestão; (vii) reportes periódicos aos órgãos licenciador, intervenientes e associações sobre os cronogramas das ações e equipes responsáveis; (viii) apoio no controle do volume de ações e número de trabalhadores em Terra Indígena, de forma a não impactar as agendas e rotinas das comunidades indígenas; (ix) acompanhamento sistemático do atendimento às condicionantes do Componente Indígena da UHE Belo Monte.

As ações de mitigação previstas no **Programa de Fortalecimento Institucional** tiveram início em 2014 e, desde então, o programa tem conseguido atuar em um ritmo constante e realizar grande parte das principais ações para fomentar o fortalecimento de lideranças e associações, aumentar o protagonismo e a participação dos indígenas nos espaços de tomada de decisão e na continuidade da sensibilização quanto à importância de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (ou Planos de Vida) como uma ação transversal a temas de educação, fortalecimento cultural, gestão do território, saúde, mobilização comunitária e fortalecimento das formas de organização. Vale salientar a integração com a Funai, atuando em parceria sempre que demandado e a constância no atendimento aos indígenas, disponibilizando assessoria constante, na certeza de que os princípios apresentados na teoria pelas oficinas, são acompanhados na prática, na rotina de gerenciamento de suas

associações, na busca da internalização dos conceitos, pela melhoria da qualidade de vida, e da garantia de direitos e protagonismo das comunidades.

Em relação ao **Programa de Comunicação Não indígena (PCNI)**, o monitoramento realizado sobre a situação documental dos trabalhadores (termo de conduta, vacinação, capacitações, etc.) das empresas de infraestrutura que atuam em Terras Indígenas, tem se mostrado eficiente, permitindo a melhoria contínua dos resultados do acompanhamento da situação de convívio nas aldeias e possibilitado intervenções pontuais e imediatas para o encaminhamento de providências além de contribuir com a avaliação da qualidade das obras e o comportamento dos trabalhadores por meio das manifestações das comunidades indígenas. Esse processo tem colaborado para o controle do acesso de trabalhadores nas aldeias, para execução de obras, e para a manutenção da boa convivência entre os trabalhadores e as comunidades. Tais controles vêm sendo aprimorados, ao longo do tempo, com orientação da FUNAI, DSEI e demais intervenientes. Além disso, foi possível finalizar mapas de obras de 38 (trinta e oito) aldeias reforçando o reconhecimento espacial da implantação dessas novas estruturas, por parte dos indígenas, e, para que, se possa acompanhar, no decorrer do tempo, a ocupação dessas comunidades em torno desses equipamentos civilizatórios. No segundo semestre de 2016 foram capacitados e documentados, junto ao PCNI, 294 profissionais, dos quais 222, para atuar diretamente nas obras do Programa de Infraestrutura das Aldeias.

Dentre os resultados auferidos no período, pelo **Programa de Atividades Produtivas (PAP)** para subsistência, destaca-se a finalização da construção dos aviários e da entrega das aves nas TIs Arara da Volta Grande do Xingu (21 galinheiros e 1050 aves), Araweté Igarapé Ipixuna (124 aviários e 1.240 aves), Apyterewa (13 aviários e 580 aves), Koatinemo (45 aviários e 630 aves) e Cachoeira Seca – aldeia Iriri (20 aviários e 360 aves), na AI Juruna do Km (8 aviários e 432 aves) e nas Comunidade Indígenas Ribeirinhas (11 aviários e 550 aves). Considerando o aumento na disponibilidade de frango e ovos para o consumo das comunidades é possível demonstrar o efetivo fortalecimento da segurança alimentar para dessas comunidades. Nas aldeias da Volta Grande do Xingu, por exemplo, foram produzidos, no segundo semestre de 2016, aproximadamente 2.800 ovos, dos quais 1.926 foram consumidos pelas comunidades e 840 foram vendidos, contribuindo assim, para a complementação da renda, junto com a comercialização de 579 aves, sendo auferida uma renda de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais). No âmbito das atividades relacionadas à roça, todas as comunidades possuem roças implantadas, fato que contribui para o fortalecimento da segurança alimentar das comunidades. Nas comunidades da Volta Grande do Xingu, o principal destaque foi o preparo de aproximadamente 56,0280 ha de área para implantação das culturas anuais.

Ainda em relação ao **PAP**, no desenvolvimento de atividades produtivas e comercialização, destacam-se as orientações voltadas para a criação de peixe em tanque-rede nas aldeias da TI Paquiçamba. Nesta TI foram implantados, a atividade foi instalada inicialmente como piloto, e tem apresentado bons resultados, principalmente quanto ao desenvolvimento, sendo estimada, na biometria de dezembro, aproximadamente 2.000 kg de biomassa produzida nos tanques-rede da TI Paquiçamba. Nas aldeias da TI Kuruaya e na aldeia Cojubim da TI Cachoeira Seca

foram fornecidos, no período, 33.000 alevinos de tambaqui e 4.175 kg de ração para a atividade de criação de peixes em tanque-rede. O apoio para a atividade de pesca tem garantido aos indígenas uma renda significativa e, no semestre foram comercializados 21.139,10 kg de pescado, sendo 5.769,5 kg da aldeia Iriri, 4.283,00 da aldeia Kararaô e 6.744,60kg da aldeia Laranjal, 2.919,00 da aldeia Arumbi e 1.423,00 da aldeia Magarapy-eby. Finalmente, em relação à atividade de Coleta de Comercialização da Castanha, há que se destacar a construção de 06 (seis) paióis de secagem e armazenamento de castanha, garantindo assim que as comunidades possam secar e armazenar a castanha de forma adequada e assim obter melhor preço com a comercialização na entressafra.

Em relação ao **Programa de Gestão Territorial Indígena**, as ações executadas no decorrer do segundo semestre de 2016 visaram dar prosseguimento ao conjunto de ações previstas no PGTI no sentido de favorecer a construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) nas TIs, em sintonia com a política pública instituída a partir da PNGATI e aos objetivos do PO do PBA-CI. As oficinas síntese de monitoramento estão sendo realizadas nas terras indígenas localizadas na área de influência da UHE Belo Monte (Apyterewa, Arara, Cachoeira Seca, Kararaô, Kuruaya, Trincheira Bacajá e Xipayá) e algumas terras indígenas já estabeleceram acordos internos para a utilização dos recursos ambientais comuns. Os resultados dos monitoramentos remotos e participativos (uso e ocupação do solo, focos de calor, fitofisionomia, agrícola, caça e pesca) foram apresentados aos indígenas durante a realização das oficinas, permitindo aos indígenas acompanhar as dinâmicas territoriais e ambientais que ocorrem no interior e entorno das terras indígenas ao longo do tempo. Finalmente, a realização da 2ª Oficina de construção do etnozonoamento e dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial, voltada para os povos indígenas da Volta Grande do Xingu, terras indígenas Paquiçamba, Arara da VGX e AI Juruna do km 17.

Em relação à infraestrutura, o **Programa de Educação Escolar Indígena**, sob a orientação das SEMEDs, MEC e da FUNAI, tem contribuído para viabilizar o acesso às políticas públicas de educação a partir da melhoria na infraestrutura das aldeias, com a construção de 34 escolas nas terras indígenas localizadas na região do Médio Xingu. No 2º semestre de 2016 foram finalizadas e entregues para as comunidades indígenas e Secretarias Municipais de Educação, 02 (duas) escolas na TI Paquiçamba, 1 (uma) escola na TI Arara da VGX e 1 (uma) escola na AI Juruna do Km-17. Os novos prédios escolares indígenas foram devidamente equipados e propiciam aos alunos indígenas um ambiente ideal para as atividades escolares. Cumpre destacar que o conjunto arquitetônico da edificação valoriza o conceito da acessibilidade, ao incluir itens básicos de acessibilidade em seu projeto arquitetônico, conferindo a esse espaço educacional o caráter inclusivo. Soma-se a esse fator, a implantação das amplas salas de aula, o laboratório de informática, as salas de leitura, os refeitórios, banheiros, e pátios externos que somados, formam um ambiente propício ao desenvolvimento das melhores práticas escolares. Essa nova configuração do espaço escolar contribui assim, para a melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, oferecendo espaços adequados de estudo e pesquisa aos professores, alunos, funcionários e demais moradores destas comunidades indígenas.

Quanto ao **Programa Integrado de Saúde Indígena** vale destacar, no período, a entrega de 12 UBSIs localizadas nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e São Felix do Xingu do Médio Xingu, sendo: três na TI Paquiçamba, uma na AI Juruna do Km 17, uma na TI Arara da Volta Grande do Xingu, duas na TI Koatinemo, uma na TI Araweté Igarapé Ipixuna, e 4 na TI Apyterewa. Outro destaque do período foi o apoio da Norte Energia em relação à realização da 32ª Reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI, realizada no período de 26 a 30 de setembro de 2016, no Centro de Convenções Betânia em Altamira, que contou com a participação de representantes indígenas de 43 aldeias, contribuindo com o fortalecimento do controle social indígena na região do Médio Xingu.

No que diz respeito ao **Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPCMI)**, os destaques ficam por conta do Inventário da Produção de Bens Culturais pelas comunidades da TI Paquiçamba, que deu origem ao livro “Artes e Artefatos do Povo Juruna da Volta Grande do Xingu (VGX)” que subsidiará tanto a apropriação, a valorização da cultura e a transmissão do saber, como a divulgação e comercialização da produção cultural. Em relação às expedições etnoarqueológicas, que frequentemente, ocorrem em interface com outros programas, constituem-se em uma oportunidade de transmissão de saber dos anciãos para os mais jovens e de resgate de locais e de conhecimento de grande relevância no processo de ocupação do território daquela TI. No caso da Trincheira Bacajá, a permuta da expedição pela Festa da Mandioca (O Kwryrykangô) demonstrou o protagonismo indígena e permitiu realizar uma manifestação cultural de grande riqueza (com a participação de 46 indígenas) onde a comunidade se reconhece nas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, fornecendo um sentimento de identidade, de continuidade e de pertencimento cultural do seu povo. O forte interesse manifestado pelos intercâmbios das Terras Indígenas da Volta Grande do Xingu (VGX) e da comunidade da Área Indígena (AI) reafirma a importância das mesmas para as comunidades e contribui, de forma incontestável, para o resgate da cultura e a transmissão dos saberes entre os povos e entre as diferentes gerações. Com os Kararaô destaca-se a montagem de um projeto de extração de óleo de babaçu em atividade de forma participativa e, em interface, com o Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) de forma participativa. Os povos Asurini e Araweté, por meio da participação intensa nas políticas de transmissão de saberes e fazeres ritualísticos (como exemplo a pajelança – Ritual do Maraká) vem garantindo a sustentabilidade cultural dos seus Povos. A continuidade na realização das etapas do Curso de Formação de Videoastas, nas diferentes Terras Indígenas, tem permitido despertar junto às comunidades indígenas, a importância do domínio da ferramenta audiovisual nos processos de afirmação da identidade e de valorização cultural. Além disso, os indígenas tem aproveitado essa nova ferramenta para registrar diversas atividades, como rituais, expedições, intercâmbios e oficinas de transmissão de saberes, configurando importante avanço na preservação da cultura, valorização e transmissão de conhecimento.

No âmbito do Projeto de Reestruturação do Museu do Índio foi iniciado o debate, em várias TIs, sobre a proposta do Museu dos Povos do Médio Xingu junto às populações indígenas na região que, além de informar sobre o processo de gestão de patrimônio material e imaterial, bem como sobre instituições museais, gera uma discussão

participativa, de fato, em que os atores compreendem os debates e as questões levantadas, de forma preparatória à Reunião do Conselho Indígena. Destaca-se, no caso do povo Xikrin, o grande interesse despertado e evidenciado pela participação nos debates, os depoimentos e a presença dos velhos contando histórias. Além disso, a entrega dos chamados “Espaços de Memória”, locais semelhantes a pequenos Museus em cada aldeia, demonstra que o processo de valorização e preservação da cultura indígena já começa a ser uma realidade.

No que tange aos avanços das obras nas 34 aldeias e, considerando os projetos setoriais pertencentes ao **Programa de Infraestrutura**, deu-se continuidade à execução das obras referentes à construção das 34 UBSI com a entrega, no período, de 12 obras, sendo três na TI Paquiçamba, uma na AI Juruna do Km 17, uma na TI Arara da Volta Grande do Xingu, duas na TI Koatinemo, uma na TI Araweté Igarapé Ipixuna, e 4 na TI Apyterewa. Na educação, foram entregues 05 (cinco) Escolas Indígenas na área de influência direta, quais sejam nas aldeias Furo Seco, Paquiçamba, Miratu, Terrawangã e Boa Vista.

Quanto à implantação dos sistemas de abastecimento de água, nas 34 aldeias, encontram-se finalizados 28 novos sistemas de abastecimento e previsão das reformas e/ou ampliações para as demais aldeias (06) restantes, o que proporciona a melhoria efetiva da saúde das comunidades.

Quanto às ações de saneamento ambiental indígena, em decorrência do aumento expressivo de obras nas aldeias, deu-se continuidade às discussões sobre coleta, separação e destinação final dos resíduos sólidos com melhorias na gestão dos resíduos nas aldeias.

O projeto de iluminação nas TIs avançou em relação às aldeias que são atendidas por extensão de rede elétrica, com a finalização da execução das obras na TI Paquiçamba, que desde setembro de 2015, faz uso da energia elétrica da Concessionária responsável no Estado do Pará – CELPA. Além disso, está próxima a realização da extensão de rede de energia elétrica para a TI Arara da Volta Grande do Xingu, com a conclusão das obras do acesso terrestre. Para as demais TIs, o empreendedor continua realizando o papel de articulador junto às instâncias de governo afetas.

No que tange ao **Programa de Supervisão Ambiental** merece destaque a articulação entre os projetos do PBA Geral, o acesso às informações e a sua divulgação junto às comunidades, levando em conta as especificidades de cada povo e, também, as ações de acompanhamento indígena aos Planos de Monitoramento da Qualidade da Água, na região do Trecho de Vazão Reduzida e do Resgate e Salvamento da Ictiofauna no interior das TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande. Cabe salientar, a espacialização dos dados/informações dos monitoramentos no Sistema de Informação Georreferenciada para o Componente Indígena - SIGi em interface com o Sistema de Informação Georreferenciada Ambiental (SIG-A) do PBA Geral. Com relação a TI Trincheira Bacajá, após a retomada definitiva das ações do PSA nesta TI, em 2016, ocorreram diversas atividades, entre elas, a apresentação dos resultados dos monitoramentos do PBA Geral.

O projeto realizou atividades de acompanhamento aos Programas e Projetos do Plano de Gestão de Recursos Hídricos do PBA-Geral do empreendimento, informando os resultados dos programas de monitoramento fluviométrico, quali-quantitativo com a devida tradução às comunidades indígenas, de acordo com as ações previstas e o escopo do programa. As apresentações realizadas durante a reunião do Comitê Indígena para Controle e Monitoramento da Vazão Reduzida no Trecho da Volta Grande do Xingu, conhecido como “Comitê do TVR”, para as TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, foram consideradas positivas, pois os assuntos que foram apresentados estão relacionados aos monitoramentos do meio físico, bem como sobre o hidrograma ecológico de consenso. Além disso, os valores das vazões lançadas para o TVR continuam sendo informadas às comunidades das TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande via rádio, para acompanhamento das vazões estabelecidas no Hidrograma de Consenso. Em relação ao uso do STE, nas oficinas/apresentações do PSA, são repassadas em linguagem acessível, às comunidades indígenas das TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá, dados atualizados sobre os monitoramentos em curso no STE, tais como: número de transposições, quantidades de pessoas, tipo de embarcações, carga transportada, tempo médio de travessia, e as comunidades continuam sendo informadas sobre os pontos críticos de navegação.

Assim sendo, com base nos resultados evidenciados ao longo do relatório, bem como nas atividades previstas para o próximo período, é possível demonstrar que estão sendo criadas as bases para assegurar a qualidade de vida das comunidades, o fortalecimento e o acesso à saúde e à educação escolar indígena, a valorização das atividades produtivas tradicionais e da segurança alimentar, com sua fixação nas aldeias, além de buscar um melhor aproveitamento dos recursos naturais. Além disso, ao fomentar o fortalecimento de lideranças e associações, aumentar o protagonismo e a participação dos indígenas no acompanhamento das ações e nos espaços de tomada de decisão tem sido possível aprimorar a capacidade crítica dos povos indígenas e conquistar uma atuação cada vez mais qualificada. Isso permitirá, cada vez mais, a defesa dos seus direitos, a melhoria da qualidade de vida dos povos que representam, bem como a manutenção, a transmissão e a valorização das práticas tradicionais.